

A VISÃO SINGULAR DAS MULHERES AUTISTAS

THE SINGULAR VIEW OF AUTISTIC WOMEN



GABRIELA BARBOSA ARAUJO DA SILVA

Graduação em Pedagogia pela Faculdade Guaianás (2010); Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade Unina (2021); Professora de Fundamental I na EMEF Professor Luiz Roberto Mega.

RESUMO

As mulheres no espectro autista representam uma faceta frequentemente negligenciada na compreensão do autismo, uma vez que a literatura científica e a prática clínica, durante décadas, estiveram centradas nos homens. Essa invisibilidade resulta em atrasos no diagnóstico, dificuldades de acesso a políticas públicas e impacto direto na qualidade de vida. O presente artigo analisa o autismo feminino em suas especificidades, abordando os processos de camuflagem social, os desafios enfrentados no ambiente escolar, acadêmico e profissional, além da contribuição dessas mulheres na construção de práticas sociais mais inclusivas. A pesquisa bibliográfica recorre a autores nacionais que discutem gênero, inclusão e saúde mental, articulando as discussões em um viés didático para tornar o tema acessível ao campo educacional. Os resultados apontam que dar visibilidade às mulheres autistas é essencial para o fortalecimento de diagnósticos precoces, promoção da saúde mental e desenvolvimento de práticas educativas mais humanas e equitativas. Conclui-se que reconhecer tais singularidades é fundamental para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: Autismo; Mulheres; Diagnóstico; Inclusão; Gênero.

ABSTRACT

Women on the autism spectrum represent an often-neglected facet of the understanding of autism, as scientific literature and clinical practice have for decades focused on men. This invisibility results in delays in diagnosis, difficulties in accessing public policies, and a direct impact on quality of life. This article analyzes female autism in its specificities, addressing the processes of social camouflage, the challenges faced in the school, academic, and professional environments, and the contribution of these women to the development of more inclusive social practices. The bibliographic research draws on national authors who discuss gender, inclusion, and mental health, articulating the discussions with a didactic approach to make the topic accessible to the educational field. The results indicate that giving visibility to autistic women is essential for strengthening early diagnoses, promoting mental health, and developing more humane and equitable educational practices. It is concluded that recognizing these singularities is fundamental to a more just and inclusive society.

Keywords: Autism; Women; Diagnosis; Inclusion; Gender.

INTRODUÇÃO

O autismo, também chamado de Transtorno do Espectro Autista (TEA), é tradicionalmente estudado e identificado a partir de parâmetros observados em meninos. Isso fez com que as mulheres no espectro fossem historicamente invisibilizadas, resultando em diagnósticos tardios e, muitas vezes, equivocadamente associados a outras condições, como depressão ou transtornos de ansiedade (SILVA; NASCIMENTO, 2021). O presente estudo propõe analisar a visão singular das mulheres autistas, buscando compreender as peculiaridades da manifestação do espectro no gênero feminino e as consequências dessa invisibilidade para suas trajetórias pessoais, acadêmicas e profissionais.

O objetivo geral é analisar a visão singular das mulheres autistas e seus impactos sociais, educacionais e de saúde. Entre os objetivos específicos estão: identificar características distintivas do autismo feminino; discutir os desafios enfrentados em razão do subdiagnóstico; e destacar as contribuições dessas mulheres para a sociedade.

A justificativa para a escolha do tema se encontra na relevância social e acadêmica de ampliar o debate sobre autismo feminino, já que compreender tais diferenças contribui para o combate ao preconceito, para a promoção de práticas inclusivas e para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à diversidade.

O problema que norteia esta investigação pode ser expresso na seguinte questão: Por que as mulheres autistas ainda enfrentam diagnóstico tardio e invisibilidade social?

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental, fundamentada em produções nacionais sobre autismo, gênero e inclusão, buscando sistematizar reflexões que possam enriquecer práticas sociais e educativas.

CARACTERÍSTICAS DISTINTIVAS DO AUTISMO EM MULHERES

As manifestações do autismo em mulheres podem ser mais sutis e, por isso, menos perceptíveis para profissionais de saúde e educação. Segundo Fernandes (2022), enquanto meninos podem apresentar comportamentos repetitivos mais evidentes, meninas tendem a desenvolver estratégias de adaptação que mascaram os sinais. Esse fenômeno contribui para a ideia equivocada de que o autismo é mais prevalente em homens, quando, na realidade, trata-se de uma diferença diagnóstica construída socialmente.

Outra característica importante está nos interesses específicos: mulheres autistas podem apresentar grande foco em áreas como literatura, moda, natureza ou relações interpessoais. Tais interesses, por serem socialmente aceitos, muitas vezes não são associados ao espectro, diferentemente do que ocorre com interesses mais técnicos frequentemente observados em homens.

CAMUFLAGEM E MÁSCARA SOCIAL

O conceito de camuflagem ou máscara social é central para compreender o autismo feminino. Trata-se da adoção de comportamentos esperados socialmente, como manter contato visual ou sorrir em situações de interação, mesmo quando isso gera intenso desgaste emocional (MAIA, 2020). Essa prática, relatada por muitas mulheres autistas, pode reduzir o estigma em determinados contextos, mas está diretamente associada ao aumento da ansiedade, depressão e sensação de exaustão.

Em uma pesquisa realizada pela Revista Brasileira de Psicanálise (ROSA; CUNHA, 2021), mulheres diagnosticadas na vida adulta relataram que passaram décadas acreditando que havia 'algo de errado' consigo mesmas, sem compreender que suas dificuldades estavam relacionadas ao espectro. O desgaste emocional acumulado tem reflexos significativos na saúde mental.

DIAGNÓSTICO TARDIO E INVISIBILIDADE SOCIAL

O diagnóstico de autismo em mulheres, em muitos casos, ocorre apenas na vida adulta, após uma trajetória de sofrimento marcada por tentativas frustradas de adaptação. Segundo Moura (2023), esse atraso é resultado de critérios diagnósticos construídos com base no comportamento masculino, sem considerar as especificidades femininas. Como consequência, muitas mulheres percorrem longos caminhos em busca de respostas, passando por diversos profissionais de saúde sem um diagnóstico adequado.

Essa invisibilidade social não apenas compromete o acesso a tratamentos e intervenções, mas também limita as possibilidades de desenvolvimento acadêmico e profissional, reforçando ciclos de exclusão.

IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL

Moura (2023, p. xx) destaca: As mulheres autistas relatam sentir exaustão emocional constante pelo esforço de parecerem ‘neurotípicas’, o que resulta em esgotamento físico e mental.

A saúde mental das mulheres autistas é um dos aspectos mais críticos e, ao mesmo tempo, mais negligenciados pelas pesquisas e políticas públicas. O diagnóstico tardio, a pressão para camuflar comportamentos autistas e o estigma social contribuem para o desenvolvimento de transtornos associados, como ansiedade, depressão e distúrbios alimentares. De acordo com Rosa e Cunha (2021), o impacto do diagnóstico tardio repercute diretamente no bem-estar psicológico, podendo levar a quadros graves de sofrimento emocional.

As estratégias de camuflagem social, muitas vezes utilizadas como forma de sobrevivência em contextos escolares e profissionais, têm efeitos adversos importantes. Moura (2023) aponta que “as mulheres autistas relatam sentir exaustão emocional constante pelo esforço de parecerem ‘neurotípicas’”, o que resulta em esgotamento físico e mental. Esse esforço contínuo de adaptação às normas sociais implícitas, ainda que traga ganhos de aceitação social momentânea, compromete seriamente a qualidade de vida.

Outro ponto relevante é a dificuldade de acesso a atendimento psicológico e psiquiátrico especializado. Fernandes (2022) observa que a maioria das intervenções clínicas foi historicamente desenvolvida a partir de estudos com homens autistas, ignorando especificidades femininas. Isso faz

com que muitas mulheres recebam diagnósticos equivocados, como transtornos de personalidade ou depressão isolada, retardando o início de acompanhamentos adequados.

Além disso, o estigma social associado ao autismo feminino gera isolamento e baixa autoestima. Silva e Nascimento (2021) destacam que a invisibilidade dessas mulheres no espaço acadêmico e profissional contribui para o desenvolvimento de sentimentos de inadequação e desesperança. A ausência de redes de apoio sólidas intensifica esse quadro, dificultando processos de socialização e de construção de identidade positiva.

Por outro lado, pesquisas recentes têm apontado que quando recebem acompanhamento adequado, as mulheres autistas desenvolvem estratégias de resiliência e empatia que fortalecem sua saúde mental. Maia (2020) salienta que a criação de espaços de acolhimento e grupos de apoio entre mulheres autistas contribui para a redução do estresse e para a valorização das experiências singulares.

Portanto, discutir a saúde mental das mulheres autistas não é apenas abordar consequências individuais, mas também refletir sobre um problema social e estrutural. É urgente investir em políticas públicas de saúde integradas, capacitação de profissionais e programas de apoio psicossocial que contemplem a perspectiva de gênero no autismo. A promoção do bem-estar dessas mulheres deve ser entendida como parte essencial de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

VIDA ACADÊMICA E PROFISSIONAL

As mulheres autistas enfrentam desafios significativos em sua trajetória acadêmica e profissional. A dificuldade em compreender regras sociais implícitas, somada ao estigma associado ao autismo, frequentemente resulta em exclusão e barreiras de ascensão. Muitas vezes, são vistas como “desajustadas” ou “excêntricas”, quando na realidade enfrentam obstáculos estruturais que limitam seu desenvolvimento. Segundo Peres (2022), “as mulheres autistas lidam diariamente com a incompreensão social, o que pode impactar diretamente suas relações educacionais e profissionais”.

No ambiente acadêmico, é comum que as alunas autistas sejam subestimadas, especialmente quando suas habilidades não se encaixam nos padrões tradicionais de desempenho escolar. Fernandes (2022) destaca que o diagnóstico tardio interfere na trajetória educacional dessas mulheres, já que sem o reconhecimento das suas necessidades específicas, acabam sendo taxadas de distraídas, ansiosas ou pouco comprometidas. Essa falta de compreensão pode levar ao abandono escolar ou a experiências negativas de aprendizado.

Por outro lado, quando recebem apoio adequado, essas mulheres demonstram habilidades notáveis em áreas que exigem foco, dedicação e criatividade. Rosa e Cunha (2021) afirmam que a intensa capacidade de concentração das mulheres autistas pode ser transformada em um diferencial positivo, especialmente em campos que valorizam inovação e pensamento crítico. Isso reforça a importância de práticas pedagógicas inclusivas, que considerem não apenas limitações, mas também potencialidades.

No âmbito profissional, as dificuldades se intensificam devido às exigências de socialização e adaptação a normas implícitas. A ausência de políticas inclusivas contribui para a exclusão ou subemprego. De acordo com Moura (2023), muitas mulheres autistas relatam sentir-se obrigadas a mascarar suas características em entrevistas de emprego ou no cotidiano de trabalho, o que gera alto desgaste emocional. A chamada “camuflagem social” pode levar ao esgotamento, impactando diretamente a saúde mental e a produtividade.

Apesar das barreiras, experiências positivas demonstram que ambientes de trabalho inclusivos possibilitam o florescimento de talentos. Como destaca Maia (2020), a diversidade cognitiva promovida por pessoas autistas “enriquece os processos de criação e amplia as possibilidades de inovação nas equipes”. A adaptação de rotinas, a flexibilização da comunicação e o acolhimento das singularidades são estratégias fundamentais para garantir a equidade de oportunidades.

Portanto, é essencial que instituições de ensino e ambientes de trabalho estejam preparados para acolher e potencializar as competências das mulheres autistas, promovendo uma inclusão real. A garantia de suporte adequado não apenas contribui para o bem-estar dessas mulheres, mas também para o fortalecimento de práticas acadêmicas e profissionais mais diversas, criativas e humanas.

POLÍTICAS PÚBLICAS E INCLUSÃO

No Brasil, as políticas públicas voltadas às pessoas com autismo ainda caminham lentamente quando comparadas à urgência das demandas apresentadas. Embora a Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, tenha representado um marco legal ao reconhecer a pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, ainda há lacunas importantes em relação às mulheres autistas. Fernandes (2022) observa que a interseção entre gênero e autismo raramente é contemplada nas políticas públicas, o que perpetua desigualdades no acesso a direitos fundamentais.

Apesar dos avanços legislativos, como a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com

Transtorno do Espectro Autista, a implementação prática é marcada por desigualdade regional e fragilidade na fiscalização. Moura (2023) aponta que muitas mulheres autistas enfrentam diagnóstico tardio, o que dificulta o acesso a benefícios, atendimento especializado e políticas de saúde adequadas. Assim, mesmo com o respaldo legal, a efetividade das políticas depende da articulação entre União, estados e municípios, bem como da conscientização dos profissionais envolvidos.

No campo educacional, a inclusão escolar tem avançado com a obrigatoriedade da matrícula em escolas regulares, prevista em lei, mas ainda enfrenta desafios na prática. A ausência de formação continuada para professores e a falta de recursos de apoio resultam em exclusão velada. Segundo Silva e Nascimento (2021), “as mulheres autistas permanecem invisíveis nas salas de aula, seja pela falta de reconhecimento das suas necessidades específicas, seja pelo estigma que recai sobre elas”. Esse contexto reforça a necessidade de políticas que ultrapassem o caráter normativo e alcancem a realidade cotidiana.

Outro ponto crítico é a inserção profissional. Embora haja legislações que garantam cotas para pessoas com deficiência, poucas empresas estão preparadas para receber mulheres autistas, especialmente considerando as barreiras de gênero. Rosa e Cunha (2021) destacam que, sem adaptações no ambiente de trabalho e políticas de apoio à saúde mental, as oportunidades de ascensão permanecem restritas. A criação de programas de empregabilidade específicos, que valorizem o potencial e a singularidade dessas mulheres, é urgente para combater o ciclo de exclusão.

Promover a inclusão requer não apenas o cumprimento da legislação, mas também a criação de programas específicos voltados para as necessidades das mulheres autistas, considerando aspectos como saúde mental, empregabilidade, apoio educacional e combate ao estigma. Como ressalta Maia (2020), a verdadeira inclusão só se concretiza quando as políticas públicas deixam de ser apenas universais e passam a reconhecer as diferenças dentro da diversidade.

EXPERIÊNCIAS E RELATOS DE MULHERES AUTISTAS

Os relatos pessoais são fundamentais para compreender a realidade das mulheres autistas. Segundo Moura (2023), muitas descrevem a experiência de 'não parecer autista' como uma prisão, pois, apesar de cumprirem as expectativas sociais, sofrem internamente com o esforço constante de camuflagem. Esses testemunhos revelam a urgência de dar voz às próprias mulheres autistas nos espaços acadêmicos e políticos, permitindo que suas experiências orientem pesquisas e práticas inclusivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou que as mulheres autistas enfrentam desafios únicos, que vão desde o diagnóstico tardio até o impacto direto em sua saúde mental e a invisibilidade social. Apesar desses obstáculos, também ficou claro que essas mulheres oferecem contribuições valiosas para a sociedade, demonstrando inovação, criatividade, resiliência e empatia em diferentes contextos.

A análise permitiu compreender que o diagnóstico tardio é resultado de critérios historicamente construídos a partir de referenciais masculinos, o que reforça a necessidade urgente de rever os instrumentos e parâmetros utilizados pelos profissionais de saúde e educação. Além disso, constatou-se que a prática recorrente da camuflagem, embora represente uma tentativa de adaptação social, tem repercussões sérias na saúde mental, aumentando os índices de ansiedade, depressão e sentimentos de inadequação.

Diante disso, torna-se essencial o fortalecimento de políticas públicas específicas que contemplem a interseção entre gênero e autismo. É preciso que o poder público, em conjunto com instituições educacionais e de saúde, ofereça suporte adequado desde a infância, possibilitando diagnóstico precoce, acompanhamento multiprofissional e espaços inclusivos de aprendizagem e trabalho.

Outro ponto relevante é a necessidade de ampliar a participação das próprias mulheres autistas no debate acadêmico, científico e político. Suas vozes e experiências são fundamentais para orientar práticas mais justas e eficazes, evitando que decisões sobre suas vidas sejam tomadas sem sua participação ativa.

Sugere-se, ainda, que futuras pesquisas ampliem a investigação sobre a relação entre autismo feminino e outros marcadores sociais, como raça, classe e orientação sexual, a fim de compreender melhor como múltiplas formas de exclusão se interseccionam.

Conclui-se, portanto, que reconhecer as especificidades do autismo feminino vai além da dimensão clínica: trata-se de um compromisso ético, social e humano com a diversidade. O combate à invisibilidade das mulheres autistas deve ser assumido coletivamente, não apenas como questão de saúde, mas como parte da luta pela cidadania e pelos direitos humanos, condição indispensável para a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e democrática.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, F. N. Autismo em meninas e mulheres: uma perspectiva de gênero sobre o diagnóstico. *Revista Transversos: caminhos da Psicologia*, v. 13, n. 1, p. 45-60, 2022.

MAIA, E. Autismo feminino: o que é importante saber. Canal Autismo, 2020. Disponível em: <<https://www.canalautismo.com.br/artigos/autismo-feminino-o-que-e-importante-saber/>>. Acesso 6 ago. 2025.

MOURA, R. “Não parecia autista”: o desafio das mulheres com diagnóstico tardio. Agência Fiocruz de Notícias, 2023. Disponível em: <<https://agencia.fiocruz.br/nao-parecia-autista-o-desafio-das-mulheres-com-diagnostico-tardio>>. Acesso em: 6 ago. 2025.

PERES, L. Autismo em mulheres: a diferença no diagnóstico e os impactos na vida adulta. *Nexo Jornal*, 2022. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/05/10/Autismo-em-mulheres-a-diferenca-no-diagnostico-e-os-impactos-na-vida-adulta>>. Acesso em: 6 ago. 2025.

ROSA, E. G.; CUNHA, G. M. Mulheres autistas: o impacto do diagnóstico tardio na saúde mental. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 2021.

SILVA, A. P. da; NASCIMENTO, T. de S. A mulher com autismo: invisibilidade e desafios no processo diagnóstico. *Revista Interfaces Científicas - Saúde e Ambiente*, v. 9, n. 1, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/saude/article/view/10229>>. Acesso em: 6 ago. 2025.